
Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria

- Anual -

Município de Silves

Marinha Grande, 13 de abril de 2017



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
3.1	Balanço.....	6
3.2	Notas ao Balanço	8
3.3	Demonstração de Resultados	23
3.4	Notas à Demonstração de Resultados.....	24
4.	ENDIVIDAMENTO.....	34
5.	CONTROLO ORÇAMENTAL.....	35
6.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	44
7.	CONTROLO INTERNO	45
8.	FACTOS SUBSEQUENTES.....	47
9.	RELATÓRIO DE GESTÃO	47
10.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	47
11.	CONCLUSÕES	48
11.1	Reservas	48
11.2	Ênfases	48
11.3	Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	49
12.	AGRADECIMENTOS	50





W

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2º do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE SILVES**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de abril de 2017.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2016, tendo confirmado os valores do caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de depósitos à ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspecionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros tendo em vista verificar se foram atualizadas as participações existentes, através do método da equivalência patrimonial ou outro;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
- Execução orçamental da despesa e da receita, por recurso a ordens de pagamento e guias de receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes;
 - Custos com pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos financeiros;
 - Custos extraordinários;
 - Vendas e prestações de serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTA'S

✓

- Proveitos e ganhos financeiros;

- Proveitos e ganhos extraordinários;

h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do estado e outros entes públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;

j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;

k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de acréscimos e diferimentos;

l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de empréstimos obtidos;

m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas dos fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;

n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;

o) Analisámos as provisões constituídas e a necessidade do seu reforço ou reversão.

p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de outros devedores e de outros credores;

q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social e à CGA;

r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;

s) Analisámos do grau de execução orçamental;

t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rúbricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	41 013 027	39 430 550	-1 582 477	-3,9%
Imobilizações Incorpóreas	551 397	554 880	3 483	0,6%
Imobilizações Corpóreas	41 703 941	42 178 356	474 414	1,1%
Investimentos Financeiros	3 281 857	3 841 181	559 324	17,0%
Total	86 550 222	86 004 966	-545 256	-0,6%
Circulante				
Existências	533 515	512 643	-20 872	-3,9%
Dívidas de Terceiros				
Clientes c/c	1 956 484	1 769 064	-187 420	-9,6%
Contribuintes c/c	217	41 463	41 246	19001,3%
Utentes c/c	0	0	0	-
Clientes cob. Duvidosa	28	330	302	1090,6%
Estado e O. Entes PÚblicos	656 734	736 470	79 735	12,1%
Outros Devedores	0	4 200	4 200	-
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	4 545 170	8 032 398	3 487 228	76,7%
Caixa	6 609	3 124	-3 485	-52,7%
Total	7 698 758	11 099 691	3 400 933	44,2%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	951 950	7 571 310	6 619 360	695,3%
Custos Diferidos	48 685	27 249	-21 435	-44,0%
Total	1 000 635	7 598 560	6 597 925	659,4%
TOTAL DO ATIVO	95 249 615	104 703 217	9 453 602	9,9%





W

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rúbricas	à data de		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	20 664 013	20 664 013	0	0,0%
Reservas Legais	1 641 652	1 839 450	197 798	12,0%
Subsídios	413 553	413 553	0	0,0%
Doações	1 536 129	1 536 129	0	0,0%
Resultados Transitados	30 488 720	41 830 941	11 342 220	37,2%
Resultado Líquido do Exercício	3 955 960	5 934 706	1 978 746	50,0%
Total	58 700 027	72 218 792	13 518 764	23,0%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	1 416 391	1 104 215	-312 176	-22,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	7 792 761	6 024 282	-1 768 478	-22,7%
Total	9 209 151	7 128 497	-2 080 654	-22,6%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	0	0	0	0
Fornecedores c/c	188	1 103	915	487,7%
Fornecedores fact. Rec. Conf ^a	318 250	698 627	380 376	119,5%
Clientes e utentes c/ Cauções	76 958	83 366	6 408	8,3%
Fornecedores Imobilizado c/c	0	346 459	346 459	-
Fornecedores Imob. - fat. Rec ^a e conf.	200 778	304 790	104 012	51,8%
Estado e O. Entes Públicos	132 958	130 770	-2 189	-1,6%
Outras Credores	3 957 656	3 009 391	-948 265	-24,0%
Total	4 686 787	4 574 504	-112 283	-2,4%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	1 928 635	1 714 221	-214 414	-11,1%
Proveitos Diferidos	20 725 014	19 067 203	-1 657 811	-8,0%
Total	22 653 649	20 781 424	-1 872 224	-8,3%
Total do Passivo	36 549 588	32 484 425	-4 065 162	-11,1%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	95 249 615	104 703 217	9 453 602	9,9%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

W

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do imobilizado líquido do Município no ano de 2016, por comparação com o ano de 2015:

Rubricas Imobilizado	Saldos Líquidos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	41 013 027	39 430 550	-1 582 477	-3,86%
Imobilizações Incorpóreas	551 397	554 880	3 483	0,63%
Imobilizações Corpóreas	41 703 941	42 178 356	474 414	1,14%
Investimentos Financeiros	3 281 857	3 841 181	559 324	17,04%
Totais	86 550 222	86 004 966	-545 256	-0,63%

- b) A adoção em 2002 do POCAL levou a que o Município procede-se à identificação e valorização dos seus ativos e passivos. Porque não foi possível inventariar todos os bens de domínio público ao tempo existente, e apesar dos esforços do Município para que todos os bens possam vir a estar inventariados, o facto é que até à data tal ainda se não verifica. Nesta conformidade o património e o balanço estão afetados, negativamente, por não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não haver estimativa para os valores que estes bens podem atingir nem para as respetivas amortizações a eles associadas, não nos foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.
- c) O quadro seguinte indica os bens que se encontram por registar:





W

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Bens do Município por Registar

Nº Processo	Freguesia	Matriz	Descrição	Artigo Matricial	Conservatória
39	Alcantarilha	Urbano	Prédio urbano no Sítio do Marco, constituído por furo de captação de água para abastecimento público, central elevatória, reservatório e residência do mecânico electricista	1.649	Não
165	Alcantarilha	Rústico	Lote de terreno no lado poente da Urbanização da Caravela	20 M	Não
166	Alcantarilha	Rústico	Lote de terreno no lado nascente da Urbanização da Caravela	38 L	Não
173	Alcantarilha	Rústico	Lote de terreno no lado sul da Urbanização da Caravela - Lote destinado a instalação de serviços públicos	47 L	Não
283	Alcantarilha	Urbano	Prédio urbano térreo destinado a habitação, composto por 3 divisões, sito em Vale de Lousas	1.767	Não
315	Alcantarilha		Furo de captação, depósito, estação de tratamento		
41	Algôz	Urbano	Rua da Moinheta - Mercado Municipal	2039 1514	Não
42	Algôz	Urbano	Vales - 3 depósitos de água para abastecimento ao Algôz	2.027	Não
68	Algôz	Urbano	Escola Primária do Algôz	1.193	Não
69	Algôz	Urbano	Escola Pré-Primária do Algôz		Não
90	Algôz	Urbano	Escola Primária de Paço e Corgo	1.098	Não
316	Algôz	Rústico	Furo, equipamento de bombagem e tratamento, e estação elevatória, sito na Lapa/Ferrarias	Não	Não
73	Arm. Pêra	Urbano	Antiga Escola Primária de Armação de Pêra.	802	Não
115	Arm. Pêra	Urbano	Rua Bartolomeu Dias - Escola Pré-Primária de Armação de Pêra	Não	Não
177	Arm. Pêra	Rústico	Reservatório para abastecimento de água a Armação de Pêra, sito na Torre	1-H	Não
198	Arm. Pêra	Urbano	Estação Elevatória de Armação de Pêra na Rua José Prudêncio Vieira	Não	Não
34	Pêra	Urbano	Rua João de Deus, n.º 53 - Edifício Sede da Junta de Freguesia de Pêra	1.010	Não
92	Pêra	Urbano	Escola Primária de Pêra	585 1437	Não
93	Pêra	Urbano	Escola Pré-Primária de Pêra	2.226	Não
110	Pêra	Urbano	Escola Primária de Vale de Margem	581	Não
146	Pêra	Urbano	Suburbios de Pêra - ETAR de Armação de Pêra, Pêra e Alcantarilha	1446 2498	Não
196	Pêra	Urbano	Areias de Pêra (lote A) - Lote de terreno destinado a equipamento	1.495	Não
221	Pêra	Rústico	Ponte Velha - Estação Elevatória de Esgotos de Pêra - Alcantarilha	Não	Não
320	Pêra	Urbano	Depósito para abastecimento de água a Pêra	Não	Não
355	Pêra	Urbano	Areias - Lote de terreno destinado a campo de jogos	Não	Não
70	Messines	Urbano	Escola Primária de Almargem	Não	Não
75	Messines	Misto	Escola Primária do Barrocal	Não	Não
76	Messines	Urbano	Escola Primária de Benaciate	3.319	Não
77	Messines	Urbano	Escola Primária de Calvos	8135	Não
83	Messines	Urbano	Escola Primária da Foz do Ribeiro	4.981	Não
88	Messines	Urbano	Escola Primária da Nora	3.318	Não
95	Messines	Urbano	Escola Primária do Pico Alto	5.154	Não
98	Messines	Urbano	Escola Primária da Portela de Messines	3.328	Não
99	Messines	Urbano	Escola Primária da Ribeira de Arade	3.335	Não
108	Messines	Urbano	Escola Primária de Vale de Figueira	4.979	Não
137	Messines	Urbano	Rua Dr. Neto Cabrita - Quartel da GNR	3308	Não
172	Messines	Rústico	Terreno com barragem, no Tojal, próximo da estrada Messines-Vale Figueira, onde se encontra a lixeira municipal de SB Messines.	17-FP	Não
174 e 175	Messines	Rústico	Furo de captação de água, estação elevatória e estação de tratamento, sito na Carrasqueira	152-LZ 155-LZ	Não
233	Messines	Urbano	Rua Visconde de Messines - Casa Museu João de Deus	154 (actual 7682)	Não
313	Messines	Urbano	Depósito de abastecimento de água a Messines e estação elevatória, no Sítio da Bernarda.	Não	Não
314	Messines	Urbano	Depósito de abastecimento de água a Messines, sito na Quinta de Ouregãos	Não	Não
319	Messines	Urbano	Depósito de água da Amorosa	Não	Não
58	SM Serra	Urbano	Escola Primária de Corte Peral	1.402	Não
63	SM Serra	Urbano	Rua dos Quintais - Lote de terreno para construção, junto à Escola Pré-Primária da SM Serra	1.186	Não
74	SM Serra	Urbano	Escola Primária da Azilheira	1.403	Não
87	SM Serra	Urbano	Escola Primária do Monte das Pitas	Não	Não
102	SM Serra	Urbano	Escola Primária de S.Marcos da Serra, Rua da Oficina	1.030	Não
253	SM Serra	Rústico	Lote de terreno no Sítio do Castelo, destinado a abastecimento de água a S. Marcos da Serra	Não	Não





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

W

- d) Estes factos, dada a dimensão dos valores que estes ativos podem representar, influenciam o valor do património e logo o valor do balanço, minimizando-os. O Município deve tomar medidas no sentido de avaliar os bens não integrados no património e inseri-los no mesmo.
- e) Com a entrada em vigor do SNC-AP no próximo ano, é conveniente no decorrer de 2017 iniciar os procedimentos para regularização das diversas situações pendentes no Património.
- f) Verificámos relativamente aos movimentos do ano:
1. Cerca de 80% dos movimentos do imobilizado corpóreo,
 2. A totalidade do movimento referente a imobilizações incorpóreas,
 3. e 96% do movimento do ano relativo a bens do domínio público.
- g) Das nossas análises verificámos relativamente ao imobilizado corpóreo e aos bens de domínio público que:
1. Conforme referido na nota 8.2.12 do Anexo existem diversos bens em poder de terceiros. Se tiverem por suporte contratos de cessão, com exceção dos destinados a habitação social, deveriam transitar para investimentos financeiros.
 2. Conforme referido na nota 8.2.14 do Anexo existem diversos bens registado no Património para os quais não foi atribuído valor. Desta forma as amortizações do exercício estão subavaliadas. Por respeitarem a bens que já deveriam estar totalmente amortizados o Município não os reconhece já que, o reconhecimento do seu valor e das amortizações a eles associadas, não faria variar o valor destes ativos.
 3. Conforme mapa anexo ao ponto 8.2.15 do Anexo às demonstrações financeiras, existem diversos bens do domínio público que apesar de valorizados, não foram, na sua maior parte, amortizados, por serem terrenos e por isso não estarem sujeitos a amortização.
 4. Todos os bens do Município devem estar cobertos por seguros.
- h) Relativamente aos Investimentos Financeiros:
1. Respeitam à participação em associações, empresas privadas e municipais e cooperativas.
 2. Não foi aplicado o MEP às contas de 2016 da participada Pavilhão do Arade e á CCAM de Silves. Note-se no entanto que a % de detenção de capital pelo Município nestas sociedades, é muito reduzida (1,01% e 0,0043%), pelo que é





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

irrelevante à aplicação do MEP por parte do Município. A aplicação deste método só é obrigatória para participações superiores a 20%.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Absoluta	%
Matérias-primas	277 820	261 718	-16 101	-5,8%
Materiais diversos	247 888	240 931	-6 957	-2,8%
Materiais de Consumo Interno	7 808	9 994	2 186	28,0%
TOTAL	533 515	512 643	-20 872	-3,9%

- c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- d) Note-se porém que, os procedimentos relativos ao funcionamento do armazém têm sido uma preocupação do Município, que tem vindo a implementar melhorias significativas nos mesmos. É importante que em 2017 se continue com este objetivo por forma a uma mais eficiente e rigorosa gestão dos stocks.
- e) Estão incluídos na aplicação de stocks bens sem rotação de cerca de 37.000 € cuja análise se aconselha para o ano de 2017.

3.2.2.2 - Clientes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 1.769.064 €, referente a:





W

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

	Saldos em €		
	31/12/2015	31/12/2016	Variação €
Clientes c/c			
Venda de bens	955 947	857 114	-98 833
Serviços	984 369	881 161	-103 209
Rendas	0	18 704	18 704
Outras receitas correntes	8 640	85	-8 554
Rendimentos de propriedade	0	12 000	12 000
Outras receitas correntes	7 529	0	-7 529
Total	1 956 484	1 769 064	-187 420

- b) O prazo médio de recebimentos é de 107 dias. No entanto, se concentramos a análise ao prazo médio de recebimento relacionado com a água, Saneamento e Resíduos o mesmo sobe para 153 dias, valor próximo do prazo de prescrição previsto no nº 1 do artigo 10º da Lei 23/96 de 26/7, prazo que pode ser interrompido com recurso a execução fiscal.

3.2.2.3 – Utentes c/c

A conta apresenta um saldo nulo.

3.2.2.4 - Contribuintes c/c

A conta apresenta um saldo de 41.463 €.

3.2.2.5 - Clientes cobrança Duvidosa

- a) Trata-se de valores em dívida de acordo com o quadro seguinte:

	Saldos em €		
	31/12/2015	31/12/2016	Variação €
Cobrança Duvidosa	103 093	99 295	-3 798
Provisões			
Cobranças Duvidosas	-103 066	-98 966	4 100
Outras	0	0	0
Total	28	330	302

- b) Validamos as provisões constituídas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.2.6 - Estado e O. Entes Pùblicos

a) Trata-se de saldos de IVA a recuperar, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
IVA	656 734	736 470	79 735	12,1%
Saldo Final	656 734	736 470	79 735	12,1%

b) Com a declaração periódica de Junho foi solicitado reembolso de IVA de 683.942 €.

Após inspeção da Autoridade Tributária foi deferido o valor de 497.378 €.

A diferença diz respeito a:

- 135.069€ referente a valor não aceite pela inspecção. Este valor deve ser desreconhecido por custo.
- 51.495€ referente a divergência entre o valor declarado pelo Município e o valor processado.

Deve ser analisado em 2017.

3.2.2.7 - Outros Devedores

A conta apresenta um saldo de 4.200 €, que validámos.

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 3.124 €, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros, pelo que validamos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Saldos em €		
	31/12/2015	31/12/2016	Variação €
à ordem			
Caixa Geral de Depósitos			0
Conta nº 3507800000008373009	1 879 921	3 407 182	1 527 261
Conta nº 350780000292073080	410 262	401 642	-8 620
Conta nº 3507800001388203053	403 005	314 958	-88 048
Conta nº 3507800001820803071	2 586	2 446	-140
Conta nº 3507800001856083038	0	3 016	3 016
Caução EP - Estradas de Portugal, SA	3 000	7 000	4 000
Novo Banco			
Conta nº 705550000001000598	1 136	1 194	58
Banco BPI			
Conta nº 1000002038458010113	463 727	885 630	421 903
Banco Santander Totta			
Conta nº 1800001210595800174	9 488	213 959	204 471
Banco Comercial Português			
Conta nº 3300001288006451530	15 032	1 836 913	1 821 881
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo			
Conta nº 45712040146701440240	84 466	108 480	24 014
Conta nº 4571304000183677235	95 105	159 000	63 895
Conta nº 4571204016059198390	354	1 844	1 490
Conta nº 4571304016718726460	177 087	189 135	12 047
a prazo			
CCAM - Silves (Prazo)	500 000	0	-500 000
CCAM - S. B. Messines (Prazo)	500 000	500 000	0
TOTAL	4 545 170	8 032 398	3 487 228

- b) Testamos e analisámos todas reconciliações bancárias de dezembro e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários, tendo verificado também os movimentos em aberto.
- c) As reconciliações são efetuadas regularmente por pessoa que não tem acesso às contas correntes. Os valores suscetíveis de correção são efetuados logo que detetados nas conciliações.
- d) Apesar do esforço do Município para regularizar a situação, continuam a existir movimentos pendentes de reconciliação (cheques por descontar e transferências por registar) de anos anteriores. É necessário que durante o ano de 2017 as divergências encontradas sejam corrigidas.
- e) Face à irrelevância dos problemas detetados, nomeadamente no que concerne aos cheques por descontar, é nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 – Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2016 tiveram a seguinte variação:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
Juros a receber	0	642	642	-
Impostos Municipais	1 858	0	-1 858	-100,0%
Outros acréscimos de proveitos	950 092	7 570 668	6 620 576	696,8%
TOTAL	951 950	7 571 310	6 619 360	695,3%

- c) Foi alterado o procedimento de contabilização do IMI. O Município passou a acrescer o valor do IMI cobrado no ano n+1 mas que cujo rendimento corresponde ao ano n. Concordamos com o procedimento identificado. Este procedimento fez crescer o valor dos outros acréscimos de proveitos de forma significativa.
- d) Validámos o saldo da conta.

3.2.4.2 – Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2016 a 27.249 €, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2015	31-12-2016	€	%
Seguros	40.481	25.943	-14.538	-35,9%
Outros custos diferidos	8.204	1.306	-6.898	-84,1%
TOTAL	48.685	27.249	-21.435	-44,0%

- c) Validámos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 – Empréstimos Obtidos

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 6.024.282 €, através da análise da informação que obtivemos de 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) A totalidade dos empréstimos bancários está contabilizada como de Médio e Longo Prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2017, e que se elevará a 1.760.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.
- c) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2016, e o seu comparativo com o final do ano de 2015, é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Ref ^a	Valor em €		Variação	
		31/12/2015	31/12/2016	€	%
De médio e longo prazo					
BPI	Repar Inf/Equip. Int. Out/Nov-1997	340 499	222 925	-117 575	-34,5%
CGD	Invest ^o s Div. Rede Viár.,San,Edif.	1 669 782	1 436 596	-233 185	-14,0%
CCAMS	Aquisição de terrenos	584 603	501 962	-82 640	-14,1%
CGD	Pav. VNC 25 e Troço CM1027 e CM 1077	97 521	86 686	-10 836	-11,1%
CGD	Ben.Cam.Pico Alto,VNC 21,CM1085,CM1086	12 218	0	-12 218	-100,0%
CGD	Requal.Centro Hist./Museal.Torres Castelo	175 203	131 677	-43 526	-24,8%
BES	BES - Est ^o Público de Armação de Pêra	34 228	27 432	-6 796	-19,9%
Santander	Financiamento Obras Municipais	678 707	617 005	-61 702	-9,1%
DGTF	PREDE	4 200 000	3 000 000	-1 200 000	-28,6%
Total		7 792 761	6 024 282	-1 768 478	-22,7%

- d) Da análise do quadro precedente verifica-se que o passivo bancário diminuiu no ano de 2016 em 22,7% (1.768.478 €).
- e) Validamos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 – Fornecedores

- a) O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação €
	31/12/2015	31/12/2016	
Fornecedores c/c			
Fornecedores c/c	188	1 103	915
Faturas em receção e conferência	318 250	698 627	380 376
TOTAL	318 438	699 729	381 291

- b) Circularizámos a 31/12/16, saldos, que correspondiam a 78% dos existentes.
- c) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, não se nos afiguraram diferenças na conciliação.
- d) Apesar do esforço por parte da divisão financeira, continua a existir grande disparidade entre a data de recepção das faturas e a sua confirmação por parte dos serviços correspondentes. Desta forma encontram-se registadas em recepção e conferencia faturas que já deveriam ter sido registadas em contas a pagar. Define-se, em regra, como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias.
- e) No decorrer do ano de 2017 devem ser analisados os terceiros com saldo em recepção e conferencia, para que todos os procedimentos legais e contabilísticos sejam cumpridos.

3.2.6.2 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 130.770 €. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
IRS	64 191	61 964	-2 227	-3,5%
IVA	0	27	27	-
Restantes impostos	156	183	27	17,6%
Segurança Social	68 219	68 221	2	0,0%
Outras Tributações	392	374	-18	-4,7%
Saldo Final	132 958	130 770	-2 189	-1,6%

- b) Foram solicitadas certidões e confirmada a situação de não existência de saldos em dívida.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) Saldos em aberto correspondem a movimentos de dezembro que são liquidados em janeiro de 2017.
- d) Os valores das diferentes rúbricas que compõem o saldo passivo da conta Estado foram analisados e validados.

3.2.6.3 - Fornecedores de Imobilizado

- a) O saldo é de 346.459 €., conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	0	3 553	3 553	100%
Leasing	0	342 905		
Total	0	346 459	3 553	100%

- b) Neste quadro não estão incluídos os fornecedores em regime de leasing que se encontram na decomposição do saldo de outros credores e cujo saldo se eleva a 342.905€.
- c) Circularizámos valores significativos do saldo da conta 26 no seu conjunto.
- d) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, não obtivemos quaisquer divergências, pelo que validámos o saldo da conta.

3.2.6.4 - Outros Credores

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
Pessoal	0	0	0	#DIV/0!
Sindicatos	1 924	1 927	3	0%
Administração Autárquica	0	0	0	#DIV/0!
Credores Diversos	3 955 732	3 007 464	-948 268	-24%
Total	3 957 656	3 009 391	-948 265	-24%

- a) Circularizámos 11% dos saldos da conta de outros devedores e credores e conciliamo-los com outras fontes de informação interna.
- b) Na circularização não apurámos qualquer desvio.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) O saldo da conta "credores diversos" está em parte ligada à contribuição do Município para o FAM de 1.066.682 € e às dívidas em regime de *factoring* que em final de ano eram de 1.642.030 €.
- d) De acordo com informação obtida estão por receber de pedidos de pagamentos submetidos de cerca de 4.365€, valor que não está refletido na contabilidade patrimonial/orçamental.
- e) Este passivo deveria ser refletido no balanço como:

Curto Prazo

Leasing	338.333 €
FAM	<u>213.336 €</u>
Total	551.669 €

Médio e Longo Prazo

Leasing	1.071.251 €
FAM	<u>853.346 €</u>
Total	1.924.597 €

- f) No decorrer de 2017 deve ser analisada a conta "Depósitos de garantia" para aferir da razoabilidade de alguns saldos referentes a entidades que se encontram em processo de insolvência.
- g) Analisado a circularização, validámos os saldos no seu conjunto.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta servem de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que sem documentação vinculativa, e cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



Seguros a liquidar	75	35	-40	-53,5%
Remunerações a liquidar	1 501 421	1 510 202	8 781	0,6%
Juros a liquidar	0	114	114	-
Outros acréscimos de custos	427 139	203 870	-223 269	-52,3%
TOTAL	1 928 635	1 714 221	-214 414	-11,1%

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, trata as férias e subsídios de férias de 2016 a liquidar em 2017.
- d) Validamos o saldo da conta.

3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	€	%
Rendas	1 358	0	-1 358	-100,0%
Subsídios para Investimento	20 723 656	19 067 203	-1 656 453	-8,0%
TOTAL	20 725 014	19 067 203	-1 657 811	-8,0%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A entrada em vigor do SNC-AP no próximo ano conduzirá a nova forma de tratamento dos subsídios atribuídos, existindo situações em que, no momento de formalização do contrato, deverá ser reconhecido o ativo e o passivo correspondente.

III-FUNDOS PRÓPRIOS





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



3.2.8 Fundos Próprios

- a) Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Património	20 664 013	20 664 013	0	0,00%
Reservas Legais	1 641 652	1 839 450	197 798	12,05%
Subsídios	413 553	413 553	0	0,00%
Doações	1 536 129	1 536 129	0	0,00%
Resultados Transitados	30 488 720	41 830 941	11 342 220	37,20%
Resultado Líquido do Exercício	3 955 960	5 934 706	1 978 746	50,02%
Total	58 700 027	72 218 792	13 518 764	23,03%

3.2.8.1 - Património

Manteve o valor de 2015.

3.2.8.2 - Ajustamentos de partes de capital

A conta deveria servir de contrapartida ao valor da aplicação do MEP às participadas no primeiro ano de aplicação.

3.2.8.3 - Reservas

A variação deve-se à parte da aplicação dos resultados do ano anterior levados a reservas legais (5%).

3.2.8.4 - Subsídios

Manteve o valor de 2015.

3.2.8.5 - Doações

Manteve o valor de 2015.

3.2.8.6 - Resultados transitados





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- a) Relativamente a 2015 esta conta teve uma variação positiva de 11.342.220. €, que deriva da aplicação de resultados do ano de 2015 (3.758.162€) e de regularizações de exercícios anteriores nomeadamente quanto ao reconhecimento do IMI.
- b) Validámos as movimentações efetuadas na rubrica.

3.2.8.7 - Resultados Líquidos do Exercício

Trata os resultados do ano obtidos na Demonstração de Resultados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2015	31/12/2016	2015	2016
Custos e Perdas				
CMVMC	2 914 000	2 778 299	9,9%	9,4%
FSE	7 594 694	7 868 088	25,9%	26,7%
Pessoal	11 250 852	11 266 890	38,4%	38,3%
Transferências e Subs. Concedidos	1 449 294	1 724 229	4,9%	5,9%
Amortizações do exercício	4 851 307	4 612 691	16,6%	15,7%
Provisões do exercício	182 157	31 886	0,6%	0,1%
Outros Custos e Perdas Operacionais	526 853	697 260	1,8%	2,4%
Custos e Perdas Financeiros	209 093	213 455	0,7%	0,7%
Custos e Perdas Extraordinários	312 925	241 193	1,1%	0,8%
Total Custos	29 291 176	29 433 991	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	5 039 857	4 210 520	15,2%	11,9%
Impostos e Taxas	12 192 368	13 812 876	36,7%	39,1%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	236 227	328 456	0,7%	0,9%
Proveitos Suplementares	1 363 786	1 603 880	4,1%	4,5%
Transferências e Subsídios Obtidos	10 618 315	10 583 833	31,9%	29,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1 917 056	2 695 422	5,8%	7,6%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 879 527	2 133 710	5,7%	6,0%
Total Proveitos	33 247 136	35 368 697	100,0%	100,0%
Resultados	3 955 960	5 934 706		





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
 - Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Existências Vendidas e Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 35% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Matérias Primas;
 - Matérias Subsidiárias;
 - Materiais Diversos, e
 - Material de Consumo Interno.
- d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Existências Iniciais	550 781	533 515	-17 266	-3,13%
Compras + Reg. Existências	2 896 734	2 296 427	-600 307	-20,72%
Existências Finais	533 515	512 643	-481 872	-90,32%
CEVC	2 914 000	2 778 299	-135 701	-4,66%

- e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2015 para 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Eletricidade	635 560	601 583	-33 977	-5,35%
Combustíveis	561 042	519 980	-41 062	-7,32%
Rendas e Alugueres	45 672	137 301	91 629	200,63%
Comunicação	273 342	254 496	-18 847	-6,89%
Seguros	129 502	109 403	-20 099	-15,52%
Conservação e reparação	593 951	634 872	40 921	6,89%
Limpeza, higiene e conforto	161 155	201 643	40 488	25,12%
Vigilância e segurança	84 247	39 900	-44 347	-52,64%
Trabalhos especializados	3 384 029	3 352 996	-31 033	-0,92%
Encargos de cobrança	334 274	333 228	-1 047	-0,31%
Restantes	1 391 921	1 682 686	290 765	20,89%
Total	7 594 694	7 868 088	273 394	3,60%

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2015 cerca de 3,6%, com especial incidência nas rubricas:
- i) Rendas e alugueres, com um aumento de cerca de 201%;
 - ii) Limpeza, higiene e conforto, aumento de 25,12%;
 - iii) Conservação e reparação, aumento de 7%.
- c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.
- d) Verificamos 29% dos movimentos do ano, não tendo detetado quaisquer incorreções, pelo que validamos o saldo da conta.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.1.3 - Custos com Pessoal

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2015 para 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	110 613	115 636	5 023	4,54%
Remunerações ao Pessoal	8 639 178	8 707 574	68 396	0,79%
Pensões	1 131	7 143	6 012	531,62%
Custos de pessoal exterior à Câmara	46 059	45 488	-571	-1,24%
Encargos sobre remunerações	1 819 402	1 859 813	40 410	2,22%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	79 677	109 767	30 090	37,76%
Outros custos com o pessoal	554 791	421 469	-133 322	-24,03%
Total	11 250 852	11 266 890	16 038	0,14%

- b) Tiveram um aumento de 0,14% relativamente a 2015.

- c) Validamos os saldos da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios Concedidos

- a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos. Subiram relativamente a 2015 em 19%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Soc. e quase soc. não financeiras	9 534	0	-9 534	-100,00%
Administração central	0	72 667	72 667	-
Administração local	589 588	591 172	1 584	0,27%
Instituições sem fins lucrativos	841 234	981 807	140 573	16,71%
Famílias	5 936	2 467	-3 469	-58,44%
Segurança Social	493	7 159	6 666	1352,56%
Outros setores institucionais	2 509	68 957	66 448	2648,26%
Total	1 449 294	1 724 229	274 935	18,97%

- b) Subiram 18,97% relativamente a 2015.
- c) Testámos cerca de 11% do movimento do ano, concluindo que não existem ajustamento a propor.
- d) No final validamos os custos apresentados na rubrica.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos e taxas	330 224	391 854	61 630	18,66%
Quotizações	20 956	20 326	-630	-3,01%
Despesas com direitos de autor	5 634	9 070	3 436	60,98%
Outros	170 038	276 008	105 970	62,32%
Total	526 853	697 260	170 406	32,34%

- b) Tiveram um acréscimo de 32,34% em 2016.
- c) Verificámos 68% dos movimentos do ano, não tendo detetado anomalias.
- d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Bens do Domínio Público	3 082 403	2 881 592	-200 811	-6,51%
Imobilizações Incorpóreas	293 749	222 315	-71 434	-24,32%
Imobilizações Corpóreas	1 475 155	1 508 784	33 629	2,28%
Investimentos Financeiros	0	0	0	0
Total	4 851 307	4 612 691	-238 616	-4,92%

- b) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma não se distancia significativamente dos valores assumidos relativamente a 2015.
- a) Validamos o saldo da conta.

3.4.1.7 - Ajustamentos (Provisões)

- a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	3 510	1 149	-2 361	-67,27%
Processos judiciais em curso	178 647	30 737	-147 910	-82,79%
Total	182 157	31 886	-150 271	-82,50%

- a) Verificámos os movimentos do ano e conciliámos com as respostas dos advogados do Município.
- b) No ano de 2015 assumiram o valor de 31.886 €. Para os processos judiciais em curso, foram menores os valores do ano por, em 2015, as constituídas ligadas ao processo Viga D'Ouro o terem sido em 2015.
- c) As provisões constituídas no ano têm por base informação prestada pelos advogados do Município.
- d) Validamos o saldo da rubrica.

3.4.1.8 - Custos e perdas financeiras

- a) Decomponem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros suportados	179 145	180 436	1 291	0,72%
Outros	29 948	33 019	3 071	10,25%
Total	209 093	213 455	4 362	2,09%

- b) Verificou-se um ligeiro acréscimo no conjunto destes custos de 2015 para 2016 de 2%.
- c) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2015.
- d) Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de cerca de 36% dos lançamentos efectuados, tendo aceitado os valores movimentados.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrupa as rubricas seguintes:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	69 344	40 913	-28 432	-41,00%
Dívidas incobráveis	0	450	450	-
Perdas em existências	62 548	3 820	-58 728	-93,89%
Perdas em imobilizações	13 653	40 781	27 128	198,70%
Multas e penalidades	600	1 492	892	148,61%
Aumentos de amort. e de provisões	0	1 067	1 067	-
Correções relativas a exercícios anteriores	7 510	76 726	69 216	921,65%
Outros	159 270	75 945	-83 325	-52,32%
Total	312 925	241 193	-71 732	-22,92%

- b) Testámos cerca de 80% do movimento do ano, não existindo ajustamento a propor.

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 - Vendas

- a) Relativamente a 2015, existe uma diminuição relativa de 19,28% o que, em valor absoluto, se traduziu em 456.865 €.
- b) Contempla as Vendas de:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Água	2 761 954	1 935 384	-826 570	-29,93%
Venda de bens	55 120	11 992	-43 129	-78,24%
Reembolsos e restituições	-482	0	482	-100,00%
Anulações	-446 957	-34 605	412 352	-92,26%
TOTAL	2 369 636	1 912 771	-456 865	-19,28%

- c) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes, tendo validado os seus movimentos.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVIGORES OFICIAIS DE CONTAS

3.4.2.2 - Prestação de Serviços

- a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Aluguer de espaços e equipamentos	6 156	11 476	5 320	86,43%
Saneamento	1 044 716	866 730	-177 986	-17,04%
Resíduos sólidos	1 718 418	1 401 342	-317 076	-18,45%
Trabalhos por conta de particulares	39 178	46 576	7 398	18,88%
Mercados e feiras	16 338	0	-16 338	-100,00%
Parques de estacionamento	8 752	12 534	3 782	43,21%
Quota de Serviço	38	24	-15	-38,00%
Outros Bens	18 270	915	-17 354	-94,99%
Outros	1 968	3 327	1 359	69,03%
Reembolsos e restituições	-1 916	-18 652	-16 736	873,50%
Anulações	-181 696	-26 521	155 174	-85,40%
TOTAL	2 670 221	2 297 749	-372 471	-13,95%

- b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- c) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

3.4.2.3 - Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Impostos				
IMI	7 188 956	7 019 088	-169 868	-2,36%
Imposto Circulação	925 042	851 964	-73 078	-7,90%
IMT	3 417 286	3 959 217	541 930	15,86%
Derrama	0	0	0	-
Impostos Abolidos	4 008	9 879	5 871	146,48%
Outros Impostos	0	59	59	-
Impostos indiretos	162 520	352 985	190 465	117,19%
Total	11 697 812	12 193 192	495 380	4,23%
Taxas				
Taxas	451 948	1 564 781	1 112 833	246,23%
Outras	44 178	570 52,71	12 874	29,14%
Total	496 126	1 621 834	1 125 708	226,90%
Reembolsos, Restituições e Anulações	-1 570	-2 150	-580	36,91%
TOTAL	12 192 368	13 812 876	1 620 508	13,29%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- b) Verificaram-se baixas relativamente a 2015:

- No IMI	2,36%;
- Imposto Circulação	7,90%.

e subidas em:

- em Taxas	246,23%,
- em Impostos abolidos	146,48%.

- c) No cômputo geral, a rubrica teve uma subida de 13% relativamente a 2015, fruto essencialmente da subida das Taxas.
- d) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.
- e) No final validámos os saldos.

3.4.2.4 - Trabalhos p/ a Própria Entidade

- a) Trata-se da contabilização de serviços efetuados pelos serviços da autarquia para valorização do seu património que, em 2016, atingiram os 328.456 €.
- b) Por ainda deficiente implementação da contabilidade analítica apenas são imputados os custos com materiais no cálculo dos rendimentos de trabalhos para a própria entidade. Desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, por o valor da mão-de-obra não estar incluído.
- d) Ainda que tendo em conta as deficiências apontadas em b), que o Município está a melhorar, analisámos a movimentação da conta e validámos os saldos.

3.4.2.5 - Proveitos Suplementares

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Rendas e Alugueres	114 528	133 229	18 701	16,33%
Não especificados	1 249 257	1 470 665	221 408	17,72%
Reembolsos e restituições	0	-14	-14	-
Total	1 363 786	1 603 880	240 095	17,61%

- b) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da conta.
- c) Validámos o saldo da conta.
- d) Verificamos que as contas 71 – Vendas e Prestações de serviços e a conta 73- Proveitos suplementares não coincidem com a Demonstração dos Resultados por um lapso na configuração.

3.4.2.6 - Transferências e Subsídios Obtidos

- a) São contabilizados nesta conta:
 - i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.
 - ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.
- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 761 657	5 859 495	97 838	1,70%
Fundo Coesão Municipal	798 604	798 604	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	981 176	973 096	-8 080	-0,82%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	44 386	73 921	29 535	66,54%
Transferências de capital	775 716	837 617	61 901	7,98%
Fundos e Serviços Autónomos	2 257 983	2 241 816	-16 167	-0,72%
Reembolsos e restituições	-1 207	-200 716	-199 509	16524,24%
Total	10 618 315	10 583 833	-34 482	-0,32%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- c) No cômputo geral, tiveram uma diminuição em 2016 relativamente a 2015 de 0,32% (34.482 €).
- d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.7 - Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui Juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras- devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Juros Obtidos	1 456	2 547	1 090	74,89%
Rendimentos de imóveis	1 721 484	2 136 530	415 046	24,11%
Rendimentos de participações de capital	170 118	542 621	372 503	218,97%
Outros	23 998	13 729	-10 269	-42,79%
Reembolsos e restituições	0	-5	-5	-
Total	1 917 056	2 695 422	778 366	40,60%

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.2.8 - Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2015	31/12/2016	Nominal	%
Ganhos em Existências	42 503	5 792	-36 712	-86,37%
Ganhos em Imobilizações	289 320	0	-289 320	-100,00%
Benefícios de penalidades contratuais	44 483	40 501	-3 981	-8,95%
Reduções de amortizações e provisões	36 952	349 623	312 671	846,15%
Correções relativas a exercícios anteriores	23 357	81 290	57 933	248,03%
Outros	1 442 913	1 656 503	213 590	14,80%
Total	1 879 527	2 133 710	254 183	13,52%

- b) Os outros devem-se essencialmente a transferências para proveitos extraordinários de transferências de capital ligados a investimentos ainda não transferidas para proveitos (1.652.453€).
- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta, tendo os seus saldos sido validados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2016)								Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013 e FAM	Montante em excesso	Margem			
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)]-(16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21) = (10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
10 047 326	1 559	10 048 885	527 830	1 066 682	8 454 373		33 803 568	-21,12%		8 572 139

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2016, obtida a partir dos dados obtidos do mesmo.
- b) O Município cumpre o limite de dívida total, tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- c) Relativamente ao final de 2015 a dívida a terceiros incluindo orçamentais teve uma descida de 21,12%.
- d) No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do ano corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores, e ainda, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes. No seu conjunto verificámos 36% da despesa paga e 79% da receita cobrada.
3. O orçamento para 2016, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Tipo	Montante (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	26.313.282	31.895.809
Capital	10.655.656	5.073.129
Total	36.968.938	36.968.938

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	27.912.374	31.895.809
Capital	13.118.721	5.068.129
Reposições	0	5.000
Saldo gerência	0	4.062.157
Total	41.031.095	41.031.095

5. As modificações e alterações orçamentais provocaram, relativamente ao orçamento inicial, um acréscimo de despesa e da receita de 10,99%, mais sentido ao nível das despesas de capital que tiveram um acréscimo de 23,12%.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

✓

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2015.
2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente os seguintes:

Rácios	31/12/15	31/12/16
Peso da Receita Própria na Receita Total	27,46%	28,74%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	122,23%	132,55%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	82,55%	81,38%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	17,45%	18,62%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	46,62%	44,91%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	21,13%	22,88%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	6,61%	6,36%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	59,61%	64,02%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:
 - a. O peso da receita própria (excluindo Impostos Diretos) na receita total continua baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) continua dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). Apesar de tudo de 2015 para 2016 o peso relativo das receitas próprias (impostos diretos excluídos) subiu de 27,46% para 28,74%.
 - b. A receita corrente continuou a superar a despesa corrente, atingindo um nível de cobertura superior ao do ano anterior (122,23% em 2015 contra 133,55% em 2016). Para isto terá contribuído em grande medida um acréscimo das taxas multas e outras penalidades que se traduziu em valores absolutos em 1.112.413 € (subida de 201,34% relativamente a 2015).
 - c. O peso da despesa corrente na despesa total, em 2016 desceu relativamente ao nível do ano de 2015 (82,55% em 2015 e 81,38% em 2016), o que revela, por um lado algum decréscimo relativo do peso das despesas correntes nas despesas totais e isto porque, apesar de no ano as despesas correntes terem subido em termos absolutos 867.110 €, foi maior o acréscimo da despesa total em 1.481.839 €.
 - d. Cenário inverso verifica-se no peso das despesas de capital na despesa total, que de 17,45% em 2015 sobe para 18,62% em 2016.
 - e. O peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes diminuiu de 46,62% em 2015 para 44,91% em 2016, diminuição quer foi acompanhada de uma descida em valores absolutos de 19.403 €.
 - f. As despesas de capital equivaleram em 2016 a 22,88% das despesas correntes. Situando-se acima do nível de 2015 onde haviam sido de 21,13%. Em valores absolutos as despesas de capital em 2016 superaram as de 2015 em 614.729 €.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

X

- g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) na **despesa total** teve uma ligeira descida tendo passado de um peso de 6,61% em 2015 para 6,36% em 2016.
- h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um acréscimo de 59,61% em 2015 para 64,02% em 2016.

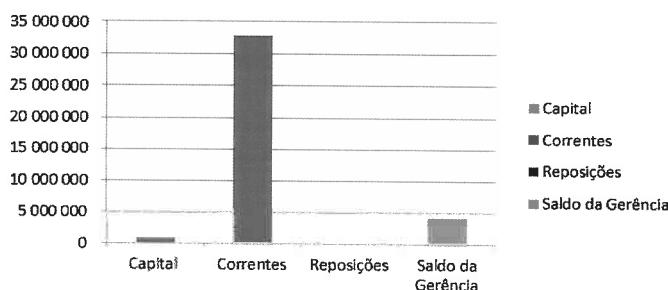
5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2016:

Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Liquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2015	2016
Capital	5 068 129	12,35%	0	825 947	2,19%	0	126,36%	16,30%
Correntes	31 895 809	77,74%	2 059 795	32 815 566	86,99%	1 444 211	91,85%	102,88%
Reposições	5 000	0,01%	-204	20 560	0,05%	-204	56,87%	411,20%
Saldo da Gerência	4 062 157	9,90%	0	4 062 157	10,77%	0	100,00%	100,00%
Total	41 031 095	100,00%	2 059 591	37 724 230	100,00%	1 444 007	93,29%	91,94%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 16,30% das de capital e 102,88% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 91,94%.
3. Se comparada a execução da receita (saldo de gerência incluído) com a de 2015, verifica-se que a execução global passou de 93,29% em 2015 para 91,94% em 2016, o que se traduziu numa descida relativa de 1,45%. A execução da receita continua assim a ultrapassar o limite dos 85% que se não for ultrapassado em 2 anos consecutivos pode trazer, ao abrigo do artº 56º da lei 73/2013, consequências financeiras para o Município, consequências de que o Município está afastado por a sua execução da receita continuar superior aos limites definidos naquele artº e naquela lei.
4. Graficamente, a execução orçamental apresenta-se do seguinte modo (€):





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

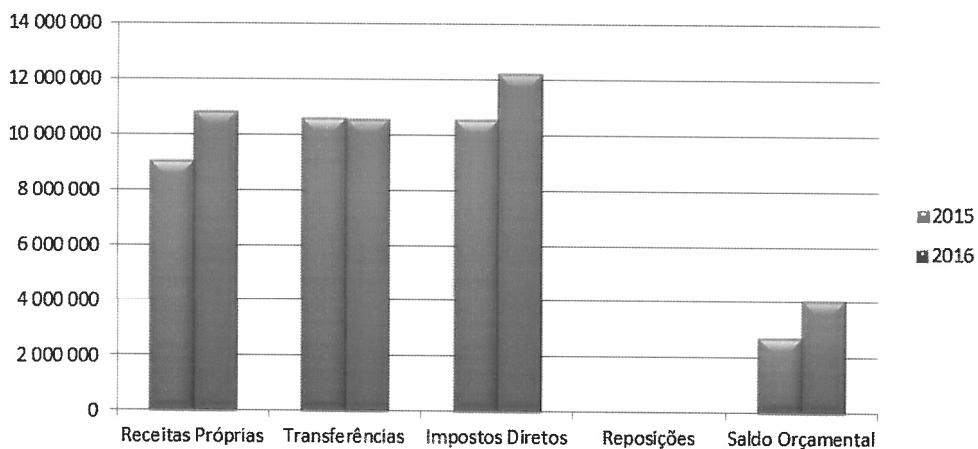
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

JK

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2015 e de 2016, apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Estrutura da Receita Municipal		Variação	
	2015 (€)	2016 (€)	Real (€)	%
Receitas Próprias	9 061 927	10 843 332	1 781 405	19,66%
Transferências	10 618 315	10 579 633	-38 682	-0,36%
Impostos Diretos	10 585 079	12 218 548	1 633 469	15,43%
Reposições	2 844	20 560	17 716	622,99%
Saldo Orçamental	2 727 015	4 062 157	1 335 141	48,96%
Total	32 995 180	37 724 230	4 729 050	14,33%

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Verifica-se, a par dos impostos diretos e das receitas próprias, algum peso das transferências do estado nas receitas do Município. Esse peso porém diminui em 2016 tendo passado para 28,04% contra 32,18% em 2015.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 10,77% em 2016 contra 8,26% em 2015.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2016 teve um comportamento inferior a 2015 (91,94% contra 93,29%), este comportamento é justificado pelos acréscimos do nível das receitas próprias 19,66%, o que faz subir a base de comparação uma vez que a execução absoluta da receita foi superior à de 2015 em 4.729.050€.





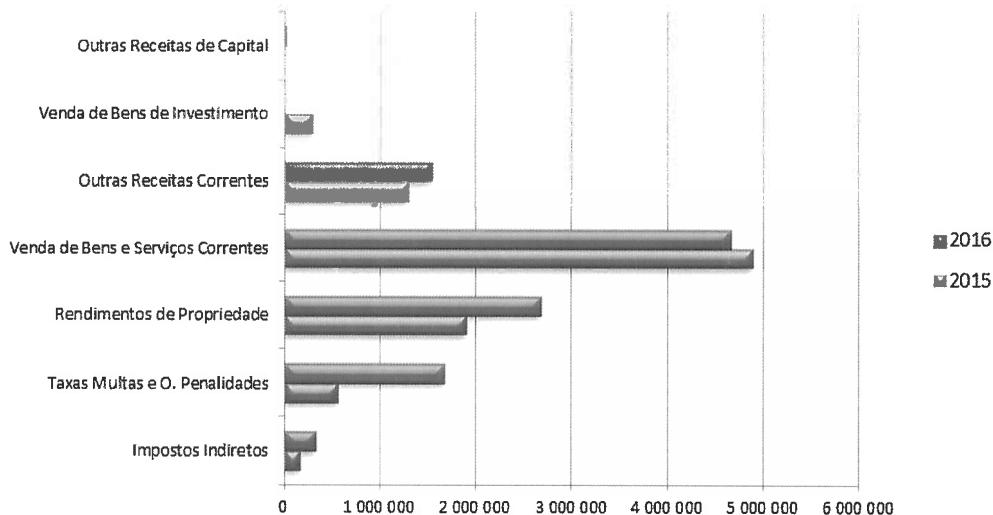
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

10. Quanto às receitas próprias (impostos diretos excluídos) apresentaram os seguintes valores de execução nos anos de 2014 e de 2015:

Rubricas	RECEITAS PRÓPRIAS		Variação	
	2015 (€)	2016 (€)	Real (€)	%
Impostos Indiretos	161 684	321 835	160 152	99,05%
Taxas Multas e O. Penalidades	552 506	1 664 920	1 112 413	201,34%
Rendimentos de Propriedade	1 893 058	2 669 693	776 635	41,03%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 884 493	4 662 785	-221 708	-4,54%
Outras Receitas Correntes	1 280 866	1 524 049	243 183	18,99%
Venda de Bens de Investimento	289 320	0	-289 320	-100,00%
Outras Receitas de Capital	0	50	50	-
Total	9 061 927	10 843 332	1 781 405	19,66%

11. O que graficamente se traduz em:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

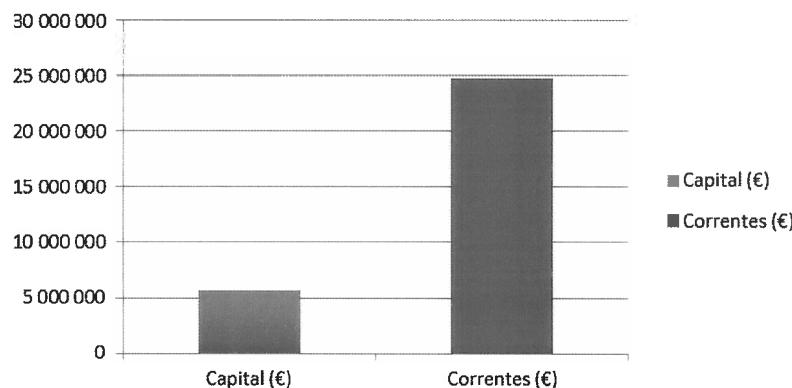
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2015 e de 2016:

Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2015	2016
Capital	13.118.721	31,97%	18.632.028	5.663.172	18,62%	2.715.954	64,01%	43,17%
Correntes	27.912.374	68,03%	38.871.700	24.757.014	81,38%	2.125.266	86,94%	88,70%
Total	41.031.095	100,00%	57.503.728	30.420.186	100,00%	4.841.220	81,82%	74,14%

2. O que graficamente, relativamente às despesas pagas, se traduz em:



3. Comparando o ano de 2015 com o de 2016, verifica-se que, o grau de execução da despesa foi de 74,14% em 2016, abaixo da execução de 2015 que foi de 81,82%, apesar de em valores absolutos a execução da despesa ter subido 1.481.839€. A despesa líquida de capital paga foi de 43,17% da dotação para o ano em 2016 em 2015 havia sido de 64,01%. Note-se porém que em valores absolutos a execução da despesa líquida de capital foi superior á do ano de 2015 em 12,18%.

4. A despesa em 2016 foi superior à de 2015, em 5,12%.





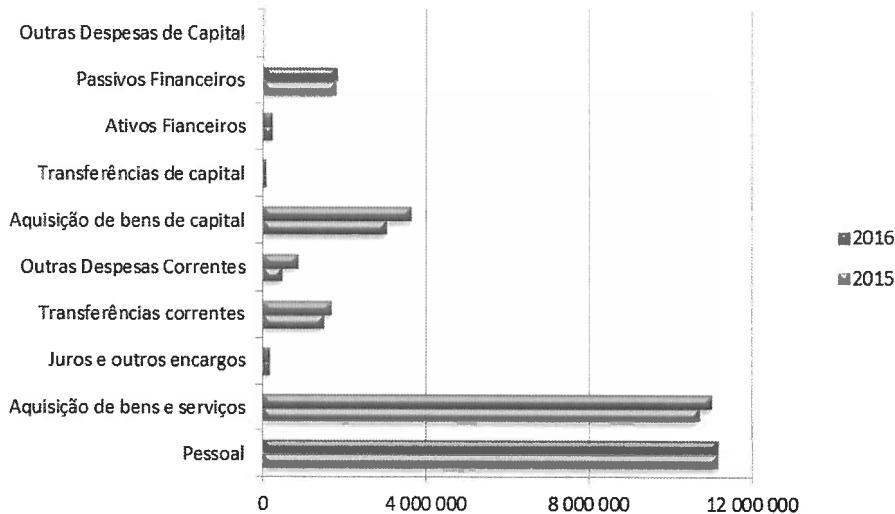
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2015 e em 2016 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Rubricas	Estrutura da Despesa Municipal		Variação	
	2015 (€)	2016 (€)	Real (€)	%
Pessoal	11.136.670	11.117.267	-19.403	-0,17%
Aquisição de bens e serviços	10.675.180	10.966.141	290.961	2,73%
Juros e outros encargos	155.158	166.958	11.801	7,61%
Transferências correntes	1.468.188	1.664.577	196.389	13,38%
Outras Despesas Correntes	454.708	842.071	387.363	85,19%
Total 1	23.889.904	24.757.014	867.110	3,63%
Aquisição de bens de capital	3.009.420	3.625.567	616.148	20,47%
Transferências de capital	69.344	55.790	-13.554	-19,55%
Ativos Financeiros	213.336	213.336	0	0,00%
Passivos Financeiros	1.756.343	1.768.478	12.135	0,69%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	-
Total 2	5.048.443	5.663.172	614.729	12,18%
Total (1+2)	28.938.347	30.420.186	1.481.839	5,12%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2015:

- as despesas com pessoal desceram relativamente a 2015, 0,17%,
- a aquisição de bens e serviços subiu 2,73%,
- os juros e outros encargos subiram 7,61%,
- as transferências correntes subiram 13,38%,





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

NK

- e. as outras despesas correntes subiram 85,19%,
- f. a aquisição de bens de capital subiu 20,47%,
- g. os passivos financeiros subiram 0,69%,
- h. as transferências de capital baixaram 19,55%.

8. Em 2016 continua a verificar-se um elevado peso das despesas pagas com o pessoal nas despesas do Município, apesar de terem baixado tanto em valores absolutos (19.403€) como em valores relativos (representaram 36,55% do total das despesas em 2016, contra 38,48% em 2015).
9. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2016, 36,05% do total das despesas, situando-se, em termos relativos, abaixo do nível de 2015 onde representaram 36,89%. Em termos reais, estas despesas tiveram um acréscimo de 290.961 €.
10. Os juros e outros encargos sofreram um pequeno acréscimo, passando de 0,54% em 2015 da despesa total para 0,55% em 2016.
11. As transferências correntes pagas representam 5,47% do total das despesas pagas em 2016. Em 2015 haviam representado 5,07%. Em termos absolutos estas transferências subiram de 2015 para 2016, 196.389 €.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas totais de 10,40% do total das despesas pagas em 2015, para 11,92% em 2016. Em valores absolutos tiveram uma subida em 2016 de 616.148 € (20,47%).
13. Os passivos financeiros pagos representaram em 2015, 6,07% da despesa paga (1.756.343 €), tendo representado em 2016, 5,81% da mesma despesa (1.768.478 €). Em valores relativos tiveram um aumento de 0,69%.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5.4 Análise do PPI

- A Execução do plano Plurianual de investimentos no ano de 2016 é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Plano Plurianual de Investimentos 2016 (€)					
	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Apoio à economia local e à criação de emprego	1 213 915	321 000	38 576	41 169	3,39%	5,07%
Aumento e melhoria da rede de água, saneamento	1 604 131	899 324	2 186 348	173 818	10,84%	50,33%
Reforço da Limpeza e Higiene Pública	120 000	0	0	0	0,00%	0,00%
Requalificação dos equipamentos e serviços públicos	3 889 378	1 704 540	9 667 137	1 655 933	42,58%	74,20%
Melhoria da rede viária	2 822 713	646 500	3 694 522	758 390	26,87%	62,16%
Salvaguarda do património cultural	164 610	0	745 361	55 593	33,77%	88,02%
Contributo para a melhoria da educação	384 832	4 100	580 820	190 348	49,46%	79,52%
Reforço na intervenção social	45 080	0	166 869	31 102	68,99%	93,40%
Defesa e apoio ao movimento associativo	65 414	0	230 368	7 111	10,87%	80,29%
Proteção civil e segurança	51 760	0	88 321	13 242	25,58%	72,50%
Reforço de cooperação entre administrações	38 838	0	18 118	38 739	99,75%	99,83%
Apoio a organizações de caráter cívico e religioso	18 500	0	107 401	0	0,00%	85,31%
Operações Financeiras	213 340	1 066 683	213 336	213 336	100,00%	28,57%
Processo Viga d'Ouro	717 420	1 574 381	5 684 486	715 913	99,79%	80,24%
Total	11 349 931	6 216 528	23 421 663	3 894 694	34,31%	66,64%

- O nível de execução e de financiamento do PPI em 2016, representou 34,31 % do total previsto para o ano.

- As rúbricas que mostraram maior índice de execução no ano são:
 - Reforço de cooperação entre administrações (99,83%);
 - Reforço na intervenção social (93,40%);
 - Salvaguarda do património cultural (88,02%);
 - Apoio a organizações de caráter cívico e religioso (85,31%).

- O nível de execução Global do PPI está nos 66,64% em finais de 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2913 no artigo 40º, define nos pontos 2 e 4:

"2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo"

"4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente á divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efectivo."

E no artigo 83º:

"Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente á divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato."

2. Conjugando estes artigos temos, e por em 2016 não terem sido contraídos novos empréstimos temos como amortização média dos empréstimos, 1.559.390 €, de acordo com o quadro seguinte, formada a partir da informação da DGAL, complementada com a nossa interpretação:

N.º contrato	Data de aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato em anos	Anos decorridos	Anos remanescentes	Data do Visto do TC Data	Capital		Dívida no início do período	Dívida no final do período	Amortização média do empréstimos
							Contratado	Utilizado			
2038458-830-001	30/6/1998	16/7/1998	20,00	18,00	2,00	13/8/1998	1 541 555	1 541 555	282 565	222 925	111 462,28
56022773872	22/2/2002	2/5/2002	20,00	14,00	6,00	4/7/2002	1 335 681	1 335 681	543 432	501 962	83 660,41
9015/002771/991	28/2/2002	3/7/2002	20,00	14,00	6,00	4/7/2002	3 749 389	3 749 389	1 436 596	1 436 596	239 432,75
9015/003854/191	30/12/2002	19/8/2003	20,00	13,00	7,00	7/7/2004	226 679	215 821	86 686	86 686	12 383,66
9015/013510/291	30/12/2002	19/8/2003	12,00	12,00	0,00	7/7/2004	150 013	133 541	0	0	0,00
9140/013510/291	27/12/2004	28/12/2004	15,00	12,00	3,00	17/2/2005	515 470	515 470	131 677	131 677	43 892,29
770010093	27/12/2004	9/2/2005	15,00	11,00	4,00	3/11/2005	82 735	82 735	30 834	27 432	6 857,88
12105958001	15/11/2006	16/11/2006	20,00	10,00	10,00	20/12/2006	1 234 025	1 234 025	617 005	617 005	61 700,50
9015/006406/291-2	13/1/2009	19/7/2009	5,00	2,00	3,00	20/7/2009	6 000 000	6 000 000	3 600 000	3 000 000	1 000 000,00
Total							14 835 547	14 808 217	6 728 795	6 024 282	1 559 390





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

3. Note-se que a diferença para os valores constantes do relatório do Município estão ligados á forma como foi calculada a amortização do empréstimo nº 9015/006406/291-2 e o empréstimo nº 9015/013510/291.

4. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2016	
Receita corrente bruta Cobrada	33 025 367
Despesa corrente paga	24 757 014
Amortização empºs ML Prazo	1 559 390
Total	26 316 404
Excedente	6 708 963

5. O Município está em equilíbrio orçamental.

7. CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está definido em regulamento próprio.
2. De uma forma geral o mesmo funciona de acordo com o regulamento interno, sendo no entanto de referir algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática.
3. É nosso entendimento que se mantém alguns aspectos que interessa melhorar já referidos em relatórios anteriores, nomeadamente:

7.1 Inventário

Deve ser feita uma verificação física anual dos bens inventariados definindo um responsável por essa inventariação.

7.2 Disponibilidades

Deve haver seguro para transporte de valores.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

K

7.3 Tesouraria

Deve ser estabelecido o princípio, pela direção financeira, de fazer contagens trimestrais sem aviso prévio dos valores na posse da tesouraria.

7.4 Contas de Terceiros

- a) Apesar do esforço por parte da divisão financeira, continua a existir grande disparidade entre a data de recepção das faturas e a sua confirmação por parte dos serviços correspondentes. Desta forma encontram-se registadas em recepção e conferencia faturas que já deveriam ter sido registadas em contas a pagar. Define-se, em regra, como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias.
- b) As contas (Fornecedores, Estado e Outros devedores e Credores bem como dos Empréstimos Obtidos) devem ser conciliadas regularmente, ainda que por amostragem.

7.5 Existências

- a) No inventário deve referenciar-se as existências sem rotação (obsoletas) e criar provisões.
- b) Devem estar definidos *stocks* mínimos para evitar ruturas.
- c) O acesso ao armazém só deve ser possível a quem esteja autorizado.
- d) As existências devem estar cobertas por seguros adequados.
- e) Note-se porém que os procedimentos relativos ao funcionamento do armazém têm sido uma preocupação do Município, que tem vindo a implementar melhorias significativas nos mesmos. É importante que em 2017 se continue com este objetivo por forma a uma mais eficiente e rigorosa gestão dos *stocks*.

7.6 Imobilizado

- a) Todos os bens imóveis devem estar registados em nome do Município.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

JK

- b) As fichas de inventário devem estar atualizadas, identificando o responsável pelo bem da zona física onde se encontra e o estado do mesmo.
- c) Periodicamente devem ser realizadas verificações físicas para avaliar correspondência entre registos contabilísticos e a realidade.
- d) O ativo imobilizado deve evidenciar todos os bens de domínio público de que o Município administra ou controla.
- e) No final do ano deve ser feita análise do estado de execução de todas as construções contabilizadas nesta conta.

8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que contêm alguns aspetos a ter em conta, que consubstanciamos em 2 Reservas e 2 Ênfases.

11.1 Reservas

Ficam a dever-se aos factos que considerámos afetarem de forma significativa as demonstrações financeiras, impedindo, que estas dêem uma imagem verdadeira e apropriada das contas do Município.

São factos constantes de pontos deste relatório e tem a ver com:

- a) A adoção em 2002 do POCAL levou a que o Município procede-se à identificação e valorização dos seus ativos e passivos. Porque não foi possível inventariar todos os bens de domínio público ao tempo existente, e apesar dos esforços do Município para que todos os bens possam vir a estar inventariados, o facto é que até à data tal ainda se não verifica. Nesta conformidade o património e o balanço estão afetados, negativamente, por não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não haver estimativa para os valores que estes bens podem atingir nem para as respetivas amortizações a eles associadas, não nos foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.
- b) Em sede de IVA devem ser despreconhecidos saldos ativos no valor de 135.069 € referente a valor não aceite pela inspeção.

11.2 Ênfases

Ficam a dever-se aos factos que considerámos que, ainda que podendo afetar as demonstrações financeiras, não as afetam como um todo, uns por serem de pequeno significado outros por não se deverem à forma como Município as considera, mas a entendimentos externos.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os factos seguintes:

- A totalidade dos empréstimos bancários está contabilizada como de médio e longo prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2017, e que se elevará a 1.760.000 €, deveria ser considerada no balanço como de curto prazo.
- A totalidade dos créditos de Outros Credores está contabilizada como de curto prazo. Entendemos que, a parte que se vence no ano de 2018 e seguintes, e que se elevará a 1.950.000 €, deveria ser considerada no balanço como de médio e longo prazo.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2017 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

1. Relativamente ao Imobilizado:

- a) Conforme referido na nota 8.2.12 do Anexo existem diversos bens em poder de terceiros. Se tiverem por suporte contratos de cessão, à exceção dos destinados a habitação social, deveriam transitar para investimentos financeiros.
- b) Conforme referido na nota 8.2.14 do Anexo existem diversos bens registado no património para os quais não foi atribuído valor. Desta forma as amortizações do exercício estão subavaliadas.
- c) Por deficiente implementação da contabilidade analítica apenas são imputados os custos com materiais no cálculo dos trabalhos para a própria entidade. Os custos com mão-de-obra não lhes foram imputados, o que subavalia o imobilizado e os proveitos em valor incerto.

2. Relativamente aos Clientes:

O prazo médio de recebimentos é de 107 dias. No entanto, se concentramos a análise ao prazo médio de recebimento relacionado com a água, Saneamento e Resíduos o mesmo sobe para 153 dias, valor próximo do prazo de prescrição previsto no nº 1 do artigo 10º da Lei 23/96 de 26/7, prazo que pode ser interrompido com recurso a execução fiscal.

3. Relativamente aos Depósitos à Ordem:

Apesar do esforço do Município para regularizar a situação, continuam a existir movimentos pendentes de reconciliação (cheques por descontar e transferências por registar) de anos anteriores. É necessário que durante o ano de 2017 as divergências encontradas sejam corrigidas.

4. Relativamente aos Acréscimos de Proveitos:

Ainda que pouco relevantes, deveriam ter sido reconhecidos os proveitos de juros de depósitos a prazo referentes ao mês de dezembro de 2016.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. Relativamente aos Fornecedores c/c:

As faturas em receção e conferência não devem exceder o prazo razoável (5 dias) para serem registadas em contas a pagar. Tal fato poderá conduzir a um apuramento irreal das contas a pagar e consequentemente dos pagamentos em atraso. No decorrer do ano de 2017 devem ser analisados os terceiros com saldo em recepção e conferência, por forma a que todos os procedimentos legais e contabilísticos sejam cumpridos.

6. Relativamente à execução Orçamental:

Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.

12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao executivo e aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da contabilidade e, aos serviços de consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 13 de abril de 2017

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

